

Estudo bibliométrico sobre a política educacional para pessoas com deficiência entre 1997 e 2014

Bibliometric study about educational policies for people with disabilities, between 1997 to 2014

Naidson Clayr Santos Ferreira^{*1}, Calixto Júnior de Souza^{**2},
João Henrique da Silva^{***3}, Woquiton Lima Fernandes^{*4}

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF, Guanambi-BA, Brasil

** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, IF, Inhumas-GO, Brasil

*** Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos-SP, Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo geral analisar a produção científica sobre a temática da política na modalidade Educação Especial, no período de 1997 ao primeiro semestre de 2014, presentes na *Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)* e na *Revista Educação Especial (REE)*. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento junto à base de dados das revistas e a seleção dos artigos foi realizada através de uma busca pelo termo “política” nos portais eletrônicos das referidas revistas. Para armazenar os dados foi usado como instrumento de coleta um protocolo de registro bibliométrico criado pelos autores. Para a análise de dados desses periódicos foi empregada a metodologia de estudo bibliométrico, utilizando diversos indicadores, e para o tratamento dos dados foi feito o uso do *Software Microsoft Excel*. Os dados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos. Foram contabilizados 44 artigos de temáticas e objetivos diversos e 70 autores vinculados, principalmente, à região Sul e Sudeste do país. Os resultados mostraram que, após o ano de 2008, houve um aumento considerável na quantidade de artigos produzidos, tendo como metodologia, em sua maioria, estudos documentais e qualitativos. Além disso, muitos trabalhos apresentaram resumos com escrita científica que enfatizaram em suas conclusões a ineficiência da gerência administrativa do Poder Público para garantir uma Educação Especial de qualidade. Portanto, consideramos que a política educacional para as pessoas com deficiência possui limites, possibilidades e desafios, além de serem necessárias novas metodologias em futuros estudos sobre essa política.

Palavras-chave: Educação especial. Política educacional. Estudo bibliométrico.

Abstract

This article's general objective is to analyze scientific production about politics in Special Education modality, from 1997 to first semester of 2014, in the *Brazilian Magazine of Special Education (Revista Brasileira de Educação Especial - RBEE)* and in the *Special Education*

¹ Doutorando em Educação Especial pela UFSCar. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. E-mail: naidson.ferreira@gmail.com.

² Doutorando em Educação Especial pela UFSCar. Assistente de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiás. E-mail: calixtojr_ufg@yahoo.com.br.

³ Doutorando em Educação Especial pela UFSCar. E-mail: jhsilvavg@icloud.com.

⁴ Doutor em Educação Especial pela UFSCar. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. E-mail: woquiton@gmail.com.

Magazine (Revista Educação Especial - REE). These journals were analyzed by bibliometric methodology and included several indicators recorded in *Software Microsoft Excel*. There were counted 44 articles with different themes and objectives, and 70 authors, who lived mainly in the South and Southwest regions of Brazil. Results point that the production of articles presented a notable increase after 2008, and the methodology used was, in general, documental and qualitative studies. Besides, many works presented abstracts with unfinished scientific writing and conclusions that emphasized the inefficiency of administrative gerency of Public Service to guarantee Special Education of quality. Therefore, we considered that educational politics for people with deficiencies have limits, possibilities and challenges, besides there is a necessity of new methodology types in future studies on politics.

Keywords: Special education. Educational policies. Bibliometric study.

Introdução

As pesquisas sobre as políticas educacionais nos ajudam a compreender quais são as preocupações dos pesquisadores, os procedimentos, os desafios e as possibilidades da política, além de serem de fundamental importância para demonstrar a configuração do cenário político brasileiro, a fim de garantir o direito à educação.

A partir do ano 2000, a política educacional para as pessoas com deficiência tem realizado diversas mudanças na oferta de serviços de apoio em escolas públicas, principalmente para aqueles que possuem transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Isso ocorreu, principalmente, a partir da *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB, lei n. 9.394/1996), por meio da qual a Educação Especial passou a fazer parte do sistema nacional de ensino como uma modalidade que contempla o acesso do atual Público Alvo da Educação Especial (PAEE) a redes regulares de ensino, ainda que de forma preferencial, por meio da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

As mudanças, porém, começaram a ocorrer de fato a partir da Resolução n. 2/2001, quando foram criados dispositivos para as diretrizes nacionais da Educação Especial. Assim, vários programas educacionais de formação de professores e mudanças nas escolas públicas passaram a ser implementados. Esse empreendimento ocorreu de forma mais efetiva a partir da publicação da Política Nacional da Educação Especial (PNEE) na perspectiva da educação inclusiva, em 2008. A PNEE provocou diversas mudanças na organização e funcionamento do atendimento educacional ao seu PAEE em escolas regulares.

Nesse sentido, vários pesquisadores da área da Educação se propuseram a analisar a inclusão escolar e o AEE. Diversos trabalhos buscaram entender como esse aluno estava sendo atendido e quais as possibilidades e desafios que deviam contemplar o projeto de uma escola inclusiva. Dessa forma, foi problematizado: como se configura o estado da arte das pesquisas científicas oriundas da *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE) e da *Revista Educação Especial* (REE) de Santa Maria (UFSM) sobre a temática de política no contexto da Educação Especial, no período entre 1997 e 2014? O que os indicadores bibliométricos nos revelam sobre a produção acadêmica nessa temática?

Assim, o presente estudo teve por objetivo analisar a produção científica sobre a temática política no contexto da Educação Especial, no período entre 1997 e o primeiro semestre de 2014, nas duas revistas de referência na área, a saber, a RBEE

e a REE, pois essas revistas colaboram na difusão do conhecimento sobre os temas e problemas que perpassam a modalidade Educação Especial.

Segundo Silva (2004), a maioria da produção técnica e científica é publicada em periódicos científicos, sendo os artigos publicados em periódicos responsáveis por estabelecer o arquétipo de propagação da pesquisa científica nas diferentes áreas do conhecimento. Desse modo, tem-se a análise bibliométrica que possibilita caracterizar o comportamento da literatura e seu desenvolvimento em cenário e época determinados. Santos (2003, p. 29) define que “o princípio da bibliometria é de analisar a atividade científica ou técnica através de estudos quantitativos das publicações”.

Sendo assim, a análise bibliométrica torna-se possível por meio da constituição de indicadores, para os quais é preciso determinar os campos de informação do formulário dentro da base de dados que o estudo explorará como temática principal. Por isso, contamos com as orientações de Hayashi (2013) para a construção dos seguintes indicadores bibliométricos: autoria, colaboração científica nas autorias, distribuição temporal, escrita científica versada nos resumos, temáticas, método e conclusões das pesquisas.

Metodologicamente, os dados foram anotados no protocolo de registro bibliométrico por meio do *software MS Excel* e para a seleção dos artigos foi realizada uma busca pelo termo “política” nos portais eletrônicos das referidas revistas. Buscando-se assim compreender como os trabalhos presentes na RBEE e REE discutiam a política educacional na tendência de uma escola inclusiva. Os resultados indicaram as interpretações e traduções desses documentos nas escolas e no âmbito comunitário.

Análise bibliométrica dos estudos sobre política educacional para o público alvo da Educação Especial

No levantamento realizado, encontramos um total de 44 artigos entre os anos de 1997 e 2014, 29 deles presentes na *Revista Educação Especial* (REE) e 15 na *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE).

Na coleta dos dados da REE, entre 1997 e 2001, não foram localizadas produções acadêmicas, por meio da expressão “política” o que também ocorreu nos anos de 1997 a 2005, na RBEE.

Uma hipótese é que a institucionalização da pessoa com deficiência fosse muito intensa e a Educação Especial estivesse centrada fortemente no setor privado, o que muda a partir da PNEE, de 2008. Por isso, analisamos os dados da revista de forma separada conforme os seguintes indicadores:

Indicadores de autoria dos artigos e de colaboração científica

No estudo realizado, foram verificados nos 29 artigos da REE que existem 47 autores. No que concerne à frequência de contribuições, houve cinco autores que tiveram duas contribuições cada um (FREITAS, 2011, 2012; CARVALHO, 2006, 2013; OSÓRIO, 2004, 2013; NAUJORKS, 2006, 2014; VIEIRA, 2006, 2010). Dentre esses, oito artigos foram escritos individualmente, 19 foram desenvolvidos em dupla e somente dois foram escritos em autoria tripla. Desse modo, a maioria dos trabalhos teve

colaborações em dupla, o que nos sugere trabalhos de parcerias com orientandos da pós-graduação (mestrado ou doutorado) ou entre pesquisadores.

Na análise dos artigos da RBEE, que conta com um total de 15 artigos, verificou-se que existem 23 autores, mas somente dois autores tiveram duas contribuições (GARCIA, 2011, 2006; LACERDA, 2013, 2011). Dentre esses artigos, seis foram escritos individualmente, oito foram trabalhados em dupla e apenas um escrito em trio.

No cruzamento das informações nas duas revistas, obtivemos contribuições de 70 autores entre 44 artigos, dentre estes 14 foram escritos individualmente, 27 em dupla e três em trio. No que concerne às contribuições, identificou-se que 10 autores fizeram duas contribuições cada um (FREITAS, GARCIA, LACERDA, MICHELS, OSÓRIO, PRIETO, MENDES, CARVALHO, NAUJORKS, VIEIRA).

Indicador temporal da produção

No Gráfico 1 percebe-se que a produção acadêmica sobre política educacional da REE teve um crescimento, em especial, a partir de 2009, quando foram aprovadas a PNEE de 2008 e a Resolução n. 4/2009 (Diretrizes Operacionais para o AEE).

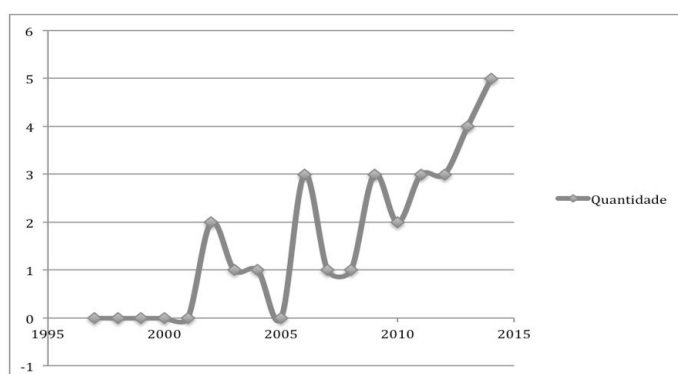


Gráfico 1: Distribuição Temporal da Produção Acadêmica da REE (UFSM)
Fonte: elaboração dos autores (2014).

Apesar das oscilações, é interessante notar que o aumento de produção sobre a temática “política” ocorreu, principalmente, a partir de 2011, quando o Decreto n. 7.611/2011 foi aprovado. Nos últimos três anos houve um aumento significativo de artigos que se preocuparam com a política educacional.

A partir de 2008, devido à PNEE e outros documentos normativos que surgiram para regulamentar a política da Educação Especial, os pesquisadores se propuseram a analisar o impacto da nova configuração política nas escolas comuns, bem como na implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Inclusive, através do Gráfico 1, notou-se que entre 1997 e 2005, apenas o ano de 2002 apresentou aumento, ou seja, logo após a Resolução 2/2001; também o ano de 2006 teve aumento significativo, concomitante à publicação de diversos documentos pedagógicos pelo Governo para subsidiar os projetos de inclusão escolar.

Na RBEE, por meio do Gráfico 2, notou-se uma significativa oscilação entre os períodos analisados, pois apenas os anos de 2009 (três artigos) e 2011 (cinco artigos) discutem a temática política educacional para as pessoas com deficiência, sendo

que esses dois períodos concentram 50% da produção acadêmica, levando-nos a considerar que as produções desse período refletem o impacto que a PNEE de 2008 causou nos espaços acadêmicos.

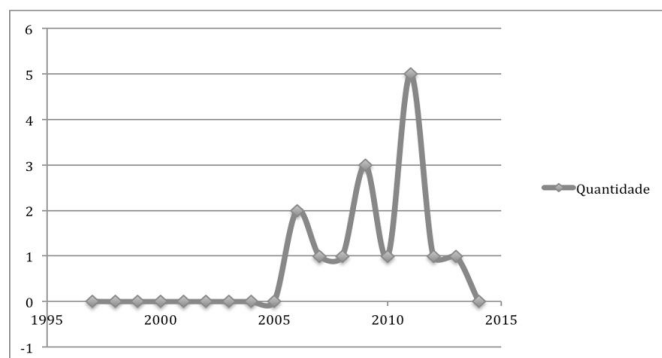


Gráfico 2: Distribuição Temporal da Produção Acadêmica da RBEE

Fonte: elaboração dos autores (2014).

Além disso, considera-se também que em 2011, a RBEE divulgou uma edição especial que comemorava os 20 anos do Grupo de Trabalho (GT) 15 – Educação Especial, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Nessa edição especial, registrou-se três artigos que contemplaram a expressão “política” (BAPTISTA, 2011; KASSAR, 2011; GARCIA; MICHELS, 2011).

Dessa forma, apesar da diferença de números de produções acadêmicas que se propuseram discutir a política da Educação Especial nas revistas REE e RBEE, compreende-se que a partir do momento em que o governo definiu as diretrizes e os objetivos para a Educação Especial (BRASIL, 2008), os pesquisadores buscaram entender esse fenômeno que provocou mudanças na organização das escolas e na aquisição de recursos humanos e materiais didático-pedagógicos levando ao aumento do número de artigos publicados.

Indicadores de afiliação institucional e geográfica dos autores

Para identificar a vinculação institucional dos 44 artigos, procurou-se tomar conhecimento a partir de seus minicurrículos apresentados nas notas de rodapé dos trabalhos. Em poucos casos procurou-se recorrer à *Plataforma Lattes* para descobrir em que locais trabalhavam no período da publicação, tendo em vista o pensamento de os trabalhos poderem estar relacionados às pesquisas na pós-graduação. Obteve-se os seguintes resultados sobre as instituições de ensino na REE, conforme, Gráfico 3.

Evidenciou-se que entre as 22 afiliações institucionais presentes nos artigos da REE, três instituições se destacaram por apresentar um decréscimo ou decréscimo de publicação: UFSM (10), UnB (quatro) e USP (três); destacou-se também que apenas uma instituição é do exterior, *Oslo University Hospital*. Inclusive, a maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras presentes na pesquisa é pública (16), enquanto cinco instituições são privadas. Na RBEE coletou-se os seguintes dados, de acordo com Gráfico 4:

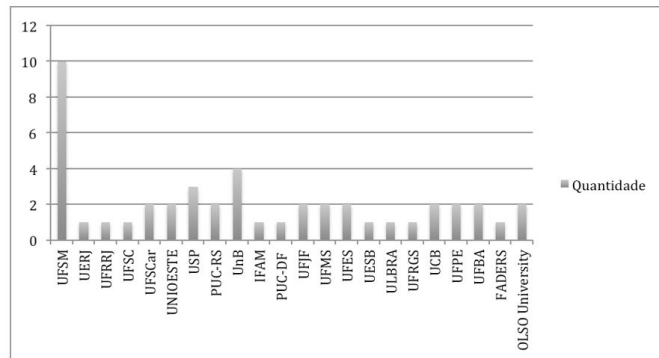


Gráfico 3: Afiliação Institucional dos autores da REE (UFMS)

Fonte: elaborado pelos autores (2014).

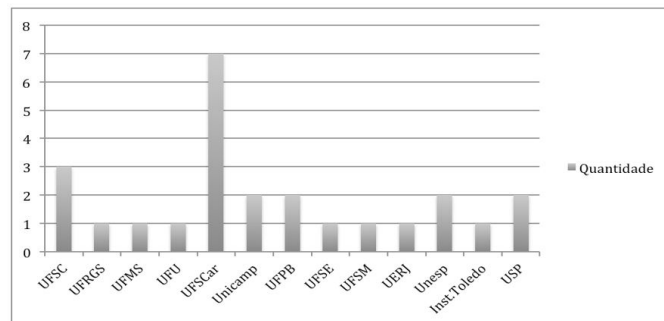


Gráfico 4: Afiliação Institucional dos autores da RBEE

Fonte: elaborado pelos autores (2014).

Verificou-se que há 13 instituições nos 15 artigos da RBEE. A instituição que predominou foi a UFSCar; em seguida, estão, respectivamente, a UFSC, a Unicamp, UFPB, Unesp e Usp, sendo, dentre essas, apenas uma privada.

Na análise concomitante do Gráfico 3 e do Gráfico 4, chamou a atenção o fato de que a UFMS não teve a mesma participação efetiva na RBEE, enquanto a UFSCar mostrou um aumento bem considerável na RBEE, em consideração a sua presença na REE. Percebeu-se que o maior número de vezes de IES presentes em ambas as revistas, em ordem decrescente, foram: UFMS, UFSCar, USP, UFSC e UFMS.

No que concerne à afiliação geográfica dos autores, obteve-se os seguintes resultados com a REE, por região: o Norte com um trabalho; o Nordeste com cinco; o Centro-Oeste apresentou 11; o Sudeste e o Sul, respectivamente, com 12 e 21 trabalhos; verificando, assim, que a região que manifestou maior participação na REE foi a Sul, em seguida, o Sudeste e o Centro-Oeste. Sabe-se que as regiões Sul e Sudeste possuem o maior número de pesquisadores na área da Educação Especial em relação aos demais estados.

Na RBEE observou-se os seguintes dados, por região: a Norte não expôs trabalho; a Centro-Oeste com um estudo; e o Nordeste, Sudeste e Sul, respectivamente, apresentaram três, 15 e seis pesquisas. Constatou-se, então, que na RBEE existe maior número de publicações relacionadas à região Sudeste do país e que a região Centro-Oeste não exibiu a mesma participação expressiva do que na REE.

Através desses dados, notou-se que as regiões Sul e Sudeste têm a maior prevalência nas pesquisas a partir da expressão “política”. Porém, entendemos também que os números expressam que a localização da revista influencia a participação dos autores na

publicação, já que a REE pertence à região Sul, localizada na cidade de Santa Maria-RS, ao passo que a RBEE está no Sudeste, na cidade de Marília-SP.

Indicador sobre a escrita científica versada nos resumos

No que tange à escrita científica dos resumos, asseguramos que, como ensina Zucolotto (2012), ela precisa conter: contextualização, lacuna, objetivo, metodologia, resultados e conclusão. Assim, foram encontrados resumos muito contextualizados em que não havia descrita toda a metodologia usada, isso fez com que inviabilizasse também a nossa proposta de análise.

Na REE foram coletados 19 trabalhos que não estavam com a descrição da metodologia, correspondendo aproximadamente a 66% da amostra; já na RBEE identificou-se nove estudos na mesma situação, equivalendo à 60% da amostra, o que leva à dificuldade de uma melhor apreciação dos artigos pelos leitores. Os trabalhos devem apresentar escrita completa, porque os periódicos constituem canais de informações que mostram aos leitores os principais assuntos abordados no trabalho.

Indicadores das temáticas dos artigos

No registro das temáticas observou-se que havia um amplo leque de interesses e discussões que se relacionavam à política educacional. Por isso, a partir dessas temáticas, extraiu-se alguns temas centrais presentes nos artigos, possibilitando a composição de um quadro mais preciso do que foi dissertado.

Na REE constatou-se que 11 temas centrais possuem uma preocupação política, mas abordam assuntos diferentes, como pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1: Temas centrais nos artigos da REE (UFMS)

Temas centrais	Autores
Política Educacional e Inclusão escolar.	Nogueira (2003); Osório e Osório (2004); Germani, Costa e Vieira (2006); Vieira (2010); Zeppone (2011); Bendinelli, Prieto e Andrade (2012); Guerreiro (2012); Tetzchner e Grindheim (2013); Osório e Leão (2013); Carvalho (2013); Ferreira e Cataldi (2014).
Universidade: atuação, acesso e formação docente.	Guterres (2002); Pacheco e Costas (2006); Rocha e Miranda (2009); Auad e Conceição (2009); Glat e Pletsch (2010).
Representações sociais sobre a deficiência.	Carvalho e Naujorks (2006); Albuquerque e Machado (2009).
Autismo e inclusão escolar.	Rossi e Carvalho (2007).
Práticas Pedagógicas.	Razuck e Guimarães (2014).
Trajetória acadêmica das pessoas com deficiência.	Pereira (2008).
Formação de professores (inicial e/ou continuada).	Michels (2011); Freitas e Pavão (2012); Possa e Naujorks (2014); Matos e Mendes (2014).
Currículo escolar.	Freitas e Stobäus (2011).
Educação especial para o trabalho.	Figueiredo e Johann (2013).
Interação social com a família, escola e sociedade.	Alves e Sobrinho (2014).
Histórico da Educação Especial.	Zimmermann e Cunha (2002).

Fonte: elaborado pelos autores (2014).

Evidenciou-se que 11 artigos trataram profundamente da política educacional para as pessoas com deficiência, correspondendo a aproximadamente 38% de pesquisas direcionadas para o tema central “Política educacional e inclusão escolar”. Outros temas secundários representaram 31% da amostra e os demais enfatizaram realidades diferenciadas.

Na RBEE verificou-se que existem cinco temas centrais, possuindo uma melhor concentração de pesquisas sobre a política educacional para as pessoas com deficiência em relação à REE, como pode ser percebido Quadro 2:

Quadro 2: Temas centrais nos artigos da RBEE

Temas centrais	Autores
Política Educacional e Inclusão Escolar.	Garcia (2006); Prieto e Sousa (2006); Matos (2007); Marquezan (2008); Franco (2009); Marins e Matsukura (2009); Oliveira, Goulart e Fernandes (2009); Garcia e Michels (2011); Kassar (2011).
Comunicação e práticas pedagógicas.	Takase e Chun (2010).
Ação pedagógica e dos serviços especializados em Educação Especial.	Baptista (2011).
Escolarização e inclusão escolar.	Lima e Mendes (2011); Resende e Lacerda (2013).
Atuação profissional o Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais.	Lacerda e Gurgel (2011); Dorziat e Araújo (2012).

Fonte: elaborado pelos autores (2014).

No tema “Política educacional e inclusão escolar” há nove trabalhos que constituem 60% do total, porém, deve-se considerar que os cenários e olhares para a política educacional se diversificam entre outros estudos.

Na relação dos dados entre as revistas, constatou-se que 20 trabalhos discutem o tema central “política educacional e inclusão escolar”, equivalendo a quase 69% do total de trabalhos. Isso demonstra que a política é um tema que instiga pesquisas em diferentes cantos, com diferentes cenários e objetos de estudos, principalmente, a partir do momento em que é definida uma política nacional para a inclusão escolar das crianças PAEE.

Indicador das metodologias apresentados nos resumos

Quanto a esse indicador, notou-se muitas ausências nos resumos. Na REE, 14 trabalhos mencionaram o tipo de metodologia desenvolvida na pesquisa, havendo predominância de trabalhos com análise documental e pesquisa qualitativa. Na coleta dos dados RBEE, percebeu-se um quadro bem diversificado de metodologias dos 11 trabalhos, contudo, a maioria dos estudos utilizou também a análise documental. Desse modo, observou-se que 25 trabalhos registraram quais foram as metodologias empregadas na pesquisa, o que é equivalente a 56%.

Indicador das conclusões a que chegaram as pesquisas

Na análise desse indicador observou-se a quais conclusões as pesquisas chegaram. No caso da REE, cabe, inicialmente, apontar que 13 resumos não tinham conclusão e/ou ela não estava relacionada à discussão política central.

Por meio dos 16 artigos, extraiu-se as principais ideias conclusivas a que os autores aludem: a) a educação é um direito social que deve ser exigido e prestado pelo Estado; b) necessidade de articulações intersetoriais na Educação Especial; c) atuação compartilhada e responsável entre os entes federados na promoção da inclusão social e escolar; d) novas e permanentes proposições de políticas públicas; e) as desigualdades sociais geram muitas dificuldades e entraves na inclusão escolar e social; f) revisão das políticas de formação docente; g) aperfeiçoamento das políticas de governo; h) revisão das leis e documentos normativos e pedagógicos; i) inadequação e distanciamento das práticas inclusivas.

Compreende-se então que as políticas educacionais requerem uma atuação mais efetiva, compartilhada e permanente dos entes federados para garantir qualidade da educação para as pessoas com deficiência. O discurso da inclusão que recomenda que todos os alunos com deficiência devem estar matriculados nas escolas regulares públicas, na verdade, não possibilita uma permanência com qualidade, o que se deve a uma política que generaliza as propostas de inclusão para as diversidades socioculturais regionais do Brasil.

Na RBEE obteve-se 11 artigos que possuem uma conclusão com preocupação em analisar a política educacional. A partir da leitura das conclusões, foram sintetizadas as principais ideias presentes nos trabalhos: a) necessidade de diretrizes políticas mais claras e efetivas; b) revisão das leis e programas pedagógicos; c) maior incentivo às pesquisas; d) as políticas devem ser pensadas e formuladas pelo povo; e) os Censos e bancos de dados auxiliam na compreensão da implementação da política; f) uma política institucional que favoreça a inclusão social e escolar; g) articulações intersetoriais devem ser de forma permanente; h) poucos recursos e serviços para garantir o atendimento com qualidade.

Desse modo, entende-se que as políticas ditas inclusivas precisam ser aperfeiçoadas, principalmente, em suas orientações e no investimento financeiro, técnico e pedagógico, bem como no trabalho colaborativo entre os entes federados e participação da população.

Em ambas as revistas, as pesquisas demonstraram que a política é central para garantir o sucesso no ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência. Porém, a política da inclusão no Brasil tem apresentado limites no gerenciamento administrativo de recursos financeiros e humanos, bem como na efetivação das políticas públicas.

Conclusões

A política possui um papel ímpar na busca de contínuas melhorias no processo de inclusão escolar, sendo responsável por estabelecer as regras e os financiamentos para as instituições. Logo, os pesquisadores são, ou ao menos deveriam ser, os principais influenciadores na avaliação e produção de políticas públicas, já que suas discussões e críticas podem ajudar na superação dos obstáculos existentes para a implementação de propostas.

Por meio de nossa pesquisa, constatou-se que houve uma significativa produção de autores que debatem a política nas duas principais revistas de referência da área da Educação Especial, a RBEE e REE, tendo um número crescente de trabalhos, principalmente, a partir de 2008, quando novos desdobramentos políticos foram

traduzidos para as escolas regulares. Percebeu-se também uma concentração de estudiosos da temática em regiões mais prósperas socioeconomicamente, como o Sudeste. Além disso, os autores se propuseram a analisar diferentes temas que perpassam o âmbito político na modalidade da Educação Especial e recorreram às metodologias mais empregadas nas ciências humanas na área da Educação, como a pesquisa qualitativa.

Os trabalhos suscitam questionamentos sobre quais temáticas ainda precisam ser estudadas e quais outros tipos de metodologias podem ajudar a analisar a política, além de evidenciarem a necessidade de uma escrita científica mais bem descrita dos resumos para informar aos leitores sobre os métodos utilizados na pesquisa.

Apesar da quantidade de trabalhos já publicados na área de Educação Especial, compreendemos que as pesquisas sobre a política constituem-se como fundamentais para debater sobre a inclusão escolar e social, devendo assim ser sempre continuada e proporcionando novos artigos. Dessa forma, a análise da política vigente pode contribuir na reformulação de novas políticas educacionais, possibilitando construir uma educação inclusiva que corresponda às necessidades específicas e potencialize o aprendizado dos estudantes com deficiência.

Referências

- ALBUQUERQUE, E. R.; MACHADO, L. B. Sem amor não se consegue desenvolver um bom trabalho: análise das representações sociais de professoras sobre inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 33, p. 73-84, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/170/100>>. Acesso em: 03 jun. 2014.
- ALVES, E. P.; SOBRINHO, R. C. Escolarização de alunos com deficiência e as inter-relações família, escola e gestores públicos da Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 171-184, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/8592/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.
- AUAD, J. C.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Educação Especial Superior: o exemplo da Universidade de Brasília. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 34, p. 1-12, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/274/133>>. Acesso em: 03 jun. 2014.
- BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. bras. educ. espec.**, Ago 2011, vol.17, no.spe1, p.59-76. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2014
- BENDINELLI, R. C.; PRIETO, R. G.; ANDRADE, S. G. Inclusão escolar, redes de apoio e políticas sociais. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 42, p. 13-27, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4058/3088>>. Acesso em: 02 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, E. N. S. de. Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 46, p. 261-276, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4662/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.
- CARVALHO, R. C.; NAUJORKS, M. I. Representações sociais: dos modelos de deficiência a leitura de paradigmas educacionais. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 35-49, 2006. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4345>>. Acesso em: 03 jun. 2014.
- DORZIAT, A.; ARAÚJO, J. R. de. O intérprete de língua de sinais no contexto da educação inclusiva: o pronunciado e o executado. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 18, n. 3, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jun. 2014.
- FERREIRA, E. L.; CATALDI, C. L. Implantação e implementação da Educação Física Inclusiva. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 79-94, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/7635/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

FIGUEIREDO, I. M. Z.; JOHANN, J. As demandas requeridas para o trabalhador com deficiência no Brasil na década de 1990. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, p. 59-72, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/3793/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

FRANCO, M. Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 15, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jun. 2014.

FREITAS S. N.; PAVÃO, S. M. de O. Professor da educação inclusiva: reflexões a partir de uma abordagem curricular compreensiva. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, p. 277-299, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/5223>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

FREITAS, S. N.; STOBÄUS, C. D. Olhando as altas habilidades/superdotação com as lentes dos estudos curriculares. **Revista Educação Especial**, v. 24, n. 41, p. 483-499, set./dez. 2011. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4371>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. **Rev. bras. educ. espec.**, Ago. 2011, vol.17, no.spe1, p.105-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2014.

GARCIA, R. M. C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 12, n. 3, p. 299-316, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jun. 2014.

GERMANI, L. B.; COSTA, M. R. N. da; VIEIRA, N. J. W. Proposta de política pública educacional para os alunos com altas habilidades/superdotação no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Educação Especial**, n. 28, p. 209-217, 2006. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4282/2530>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, v. 23, n. 38, p. 399-408, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/2095>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

GUERREIRO E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4415/3816>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

GUTERRES, C. R. J. A faculdade interamericana de educação. **Revista Educação Especial**, n. 19, p. 95-113, 2002. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/5139/3163>>. Acesso em 04 jun. 2014.

HAYASHI, C. R. M. Apontamentos sobre a coleta de dados em estudos bibliométricos e cientométricos. **Filosofia e Educação** (Online), – Volume 5, Número 2, p. 89-102, Outubro de 2013.

KASSAR, M. de C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Ago 2011, vol.17, no.spe1, p.41-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2014.

LACERDA, C. B. F. de; GURGEL, T. M. do A. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 17, n. 3, p. 481-496, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jun. 2014.

LIMA, S. R.; MENDES, E. G. Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares. **Rev. bras. educ. espec.**, Ago 2011, vol.17, no.2, p.195-208. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2014.

MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 15, n.1, p. 45-64, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 04 jun. 2014.

MARQUEZAN, R. O discurso da legislação sobre o sujeito deficiente. **Rev. bras. educ. espec.**, v.14, n.3, p. 463-478, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 04 jun. 2014.

MATOS, N. D. de. A política de educação especial no estado de Sergipe (1979-2001). **Rev. bras. educ. espec.**, v. 13, n. 1, p. 77-94, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 04 jun. 2014.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas decorrentes da inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 27-40, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/8796/pdf>> Acesso em: 02 jun. 2014.

MICHELS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**, v. 24, n. 40, p. 219-232, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/2668>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

NOGUEIRA, M. L de L. A cidadania e o desperdício da inteligência. **Revista Educação Especial**, n. 22, p. 69-79, 2003. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/5006/3036>>. Acesso em 05 jun. 2014.

OLIVEIRA, M. A. de; GOULART J. E.; FERNANDES, J. M. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 15, n. 2, p. 219-232, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jun. 2014.

OSÓRIO, A. C. do N.; OSÓRIO, A. M. do N. O direito à educação: os desafios da diversidade social. **Revista Educação Especial**, n. 24, p. 09-22, 2004. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4911/2948>>. Acesso em 05 jun. 2014.

OSÓRIO, A. C. do N.; LEÃO, T. C. L. Diversidade e educação especial em diálogos: reflexões sobre os discursos da inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, set./dez. 2013, p. 685-698. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/8269/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 151-169, 2006. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4360/2564>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

PEREIRA, M. M. Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas. **Revista Educação Especial**, v. 21, n. 32, p. 163-174, 2008.

POSSA, L. B.; NAUJORKS, M. I. Alguns efeitos do nosso tempo na formação de professores da Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 447-458, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/7655/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

PRIETO, R. G.; SOUSA, S. Z. L. Educação especial no município de São Paulo: acompanhamento da trajetória escolar de alunos no ensino regular. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 12, n. 2, p. 187-202, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jun. 2014.

RAZUCK, R. C. de S. R.; GUIMARÃES, L. B. O desafio de ensinar modelos atômicos a alunos cegos e o processo de formação de professores. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 141-154, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4384/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

RESENDE, A. A. C. de; LACERDA, C. B. F. de. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 19, n. 3, p. 411-424, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 04 jun. 2014.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 34, p. 1-16, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/273/132>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

ROSSI, T. M. de F.; CARVALHO, E. N. S. Investigando o espectro do autismo: perfil do alunado e intervenção educacional na rede pública do Distrito Federal. **Revista Educação Especial**, n. 29, p. 1-9, 2007. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4179/2521>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

SANTOS, R. N. M. dos. Produção científica: por que medir? O que medir? **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 22-38, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/viewFile/285/165>. Acesso em: 09 jun. 2014.

SILVA, M. A. **Análise bibliométrica da produção científica docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar**: 1998-2003. São Carlos, 2004. 177 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

TAKASE, É. M.; CHUN, R. Y. S. Comunicação e inclusão de crianças com alterações de linguagem de origem neurológica na perspectiva de pais e educadores. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 16, n. 2, p. 251-264, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jun. 2014.

TETZCHNER, S. V.; GRINDHEIM, E. A inclusão de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo através de atividades compartilhadas com seus pares. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 507-522, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/9830/pdf>> Acesso em: 02 jun. 2014.

VIEIRA, N. J. W. Políticas públicas educacionais no Rio Grande do Sul: indicadores para discussão e análise na área das Altas Habilidades/Superdotação. **Revista Educação Especial**, v.23, n.37, p. 273-285, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/1443>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

ZEPPONE, R. M. O. A conferência mundial de educação para todos e a declaração de Salamanca: alguns apontamentos. **Revista Educação Especial**, v. 24, n. 41, p. 363-375, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/3558>> Acesso em: 02 jun. 2014.

ZIMMERMANN, V.; CUNHA, J. L. da. Reinterpretando a trajetória da educação especial no Rio Grande do Sul, a partir de suas memórias. **Revista Educação Especial**, n. 20, p. 105-116, 2002. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/5124/3104>>. Acesso em 04 jun. 2014.

ZUCOLOTTI, V. **Workshop de Capacitação em Escrita Científica**. 2012. Disponível em: <http://www.escritacientifica.com/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=110>. Acesso em: 23 jun. 2014.